

A crise do processo de acumulação mundial capitalista e a viabilidade de transformação do sistema econômico internacional

Edmilson Costa*

Área Especial – Sessões Ordinárias

Resumo

Os indicadores macroeconômicos até agora divulgados indicam que a crise econômica mundial do capitalismo é profunda, devastadora e de longa duração. Produto das contradições acumuladas desde o final da década de 60, como a queda da taxa de lucro e a superacumulação de capitais, a crise levará à desagregação do sistema financeiro tal como conhecemos hoje, a uma depressão mundial, uma queda brusca do comércio internacional, ao desemprego generalizado e a graves tensões econômicas e geopolíticas no cenário mundial. Esta é a primeira grande crise completa da história do capitalismo, porque atinge toda a vida social – a esfera da produção, da circulação, do crédito, das dívidas públicas e privadas, do sistema social, do meio ambiente, dos valores individualistas e, sobretudo de um tipo de Estado articulador do processo de acumulação baseado nas altas finanças desreguladas. Esta crise deverá acirrar a luta de classe e seu desfecho dependerá da capacidade da capacidade do proletariado entrar na cena política com um projeto de sociedade diferente da que estamos vivendo.

Abstract

The macroeconomic indicators released so far indicate that the world economic crisis of capitalism is deep, devastating and long lasting. Product of the contradictions accumulated since the end of the 60s, as the fall in the rate of profit and over accumulation capital, the crisis will lead to the breakdown of the financial system as we know, a global depression, a brusque drop in international trade, a widespread unemployment and to serious economic and geopolitical tensions in the world. This is the first great complete crisis in the history of capitalism, because it affects the entire social life - the sphere of production, circulation, credit, public and private debts, social system, the environment, and individualistic values,

and especially a type of articulator State of the accumulation process based on unregulated high finances. This crisis tends to excite the class struggle and its outcome will depend on the proletariat ability to enter in the political arena with a project of society different from the one that we live in.

Introdução

Os principais indicadores macroeconômicos da crise mundial do sistema capitalista, seis meses após sua deflagração, já nos permite afirmar com certo grau de segurança que a crise é devastadora, profunda e de longa duração. Trata-se de uma crise de dimensões históricas que envolverá todos os países que estão na órbita do processo de acumulação mundial liderado pelos Estados Unidos e cuja natureza reflete um conjunto de contradições que o capitalismo vinha acumulando desde o final da década de 60, tais como a queda nas taxas de lucro e a superacumulação de capitais, a financeirização da riqueza e o frenesi especulativo neoliberal. O desenvolvimento desta crise ao longo dos próximos anos, ao contrário do que imagina o senso comum e todos aqueles que estão acostumados a pensar o mundo com os postulados teóricos anteriores a 15 de setembro de 2008, quando o Lehman Brothers foi à falência, levará inevitavelmente à desagregação do sistema financeiro internacional tal como o conhecemos hoje, a uma longa depressão mundial, uma queda brusca no comércio internacional, ao desemprego generalizado e a graves tensões econômicas e geopolíticas no cenário internacional.

O mundo não será o mesmo após 15 de setembro e há ainda a possibilidade de desagregação do sistema econômico mundial se por acaso ocorrer, em função da gravidade da crise, uma maxidesvalorização do dólar ou mesmo um incumprimento do pagamento da dívida externa norte-americana, fatores que trarão um grau de anarquia para a economia mundial impensável na atualidade. Este cenário é muito difícil de ser percebido porque a maioria dos dirigentes mundiais e dos intelectuais orgânicos ligados ao grande capital ainda estão muito próximos a um mundo do passado - o período de hegemonia do pensamento único, do dogma smithiano do livre mercado e das virtudes do capitalismo desregulado e,

para sermos francos, ainda não conseguiram compreender a verdadeira natureza e dimensão da crise econômica atual.

Na verdade, esta não é somente a maior crise sistêmica da história do capitalismo como carrega consigo contradições tão explosivas que não percebemos ainda sua verdadeira dimensão e, acima de tudo, a crise revela um conjunto de fenômenos inéditos em relação às crises anteriores. A crise ocorre no período em que o capitalismo se transformou num sistema mundial completo e maduro, com a internacionalização da produção e a internacionalização financeira, processo que ficou conhecido como globalização. No período anterior, o sistema era completo apenas em relação a duas variáveis da órbita da circulação – o comércio mundial e a exportação de capitais. A globalização amadureceu a reprodução do capital em escala internacional e produziu um ciclo mundial único na economia capitalista. Por isso, a crise atinge de maneira sincronizada o coração do sistema capitalista e toda a periferia ligada ao processo de acumulação dirigido pela economia líder, cortando assim as vias de fuga para regiões não atingidas pela crise e anulando as tentativas de coordenação até agora ensaiada pelos bancos centrais e dirigentes da economia mundial.

Podemos dizer ainda com base no raciocínio precedente que esta é a primeira grande crise completa da história do capitalismo, porque atinge toda a vida social – a economia, a política, as relações sociais e a cultura. Exatamente por essas particularidades, não existe um diagnóstico preciso sobre sua extensão e profundidade. Reina entre todos os governos dos países centrais um clima de perplexidade e estupor. Os dirigentes mundiais e seus intelectuais orgânicos se perguntam, impotentes, como isso pôde acontecer novamente, diante de todos os mecanismos estruturados ao longo de mais de meio século para evitar um novo desastre. A incerteza leva os governos a agir de maneira errática, uma vez que os métodos tradicionais de resolver as crises econômicas anteriores se revelam ineficazes diante da crise atual. Parece mesmo que as velhas lideranças mundiais estão condenadas a errar continuamente, uma vez que estão viciadas no senso comum e nas variáveis ideológicas de um mundo que não existe mais.

Isto porque esta não é uma crise imobiliária, uma crise do crédito, uma crise da falta de regulação ou de liquidez, ou ainda fruto da ganância das elites neoliberais inescrupulosas que colocaram em risco o sistema. Esta é uma crise do conjunto do capitalismo: o sistema

todo está doente e seus fundamentos estão sendo questionados pelos fatos da vida concreta. A maneira particular como a crise se apresenta (financeira, imobiliária, etc.) representa apenas a ponta do iceberg de um problema mais de fundo, que é a superacumulação de capitais e a impossibilidade de valorizá-los na esfera da produção. Por isso, os recursos até agora injetados no sistema financeiro não produziram resultados efetivos – serviram apenas de elemento paliativo para evitar por um tempo breve a emergência de um desastre maior. Ressalte-se ainda que as medidas tomadas pelos governos dos países centrais (já foram colocados cerca de US\$ 7 trilhões no sistema econômico-financeiro), na prática tendem a construir uma bomba de efeito retardado, que se expressará futuramente num aumento explosivo da base monetária e num acelerado crescimento da inflação no médio prazo.

Para quem trafegou na contramão do sistema nas últimas décadas, é válido constatar com ferina ironia que esta crise é também um dobre de finados do neoliberalismo, pois chega a ser cômico ver dirigentes fundamentalistas até há pouco tempo ferozes defensores do livre mercado e da desregulamentação, da retirada do Estado da economia, agora estar sendo obrigados pelas leis objetivas da vida social a abandonar sem cerimônia o discurso do livre mercado e chamar de volta o Estado para socorrer a economia e “estatizar” o sistema financeiro doente, evidentemente para salvar os agiotas e especuladores de Wall Street, da City londrina e outras praças financeiras do mundo. Ou ainda ver pessoas como Alan Greenspan, antes o oráculo do livre mercado, se penitenciar de seus erros e defender a estatização do sistema financeiro ou alguém como Fukuyama afirmando estar contente pelo final dos anos Reagan.

Podemos ainda constatar que a crise quebrou, em menos de duas semanas, todos os mitos que foram impostos ao mundo nos últimos 30 anos pelo sistema de poder das altas finanças, organizado a partir dos Estados Unidos. Erodio-se o mito do mercado como regulador da vida social; o mito da iniciativa privada como alocadora eficiente de recursos escassos; o mito da retirada do Estado da economia, da desregulamentação e das privatizações, como forma de desobstruir os canais do livre mercado; o mito da credibilidade das agências de risco, que funcionavam como palmatória do mundo a precificar empresas e dar notas a países de acordo com os critérios e interesses do grande capital e, acima de tudo, o mito do fim da história. Tudo isso desmanchou-se no ar em menos de duas semanas como uma cortina de fumaça e agora o mundo entra em uma nova

etapa de incertezas e possibilidades, cujo desfecho dependerá muito da construção, no bojo da crise, de um novo processo de relações de produção e sociabilidade para a humanidade.

Antecedentes e dinâmica da crise

As crises são fenômenos típicos da economia capitalista, oriundas das quedas nas taxas de lucro dos capitalistas, muito embora se expressem de várias formas. Como já enfatizara Marx, o capital tem como único objetivo a maximização do lucro e a valorização do capital, “O capital tem como único impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante a maior massa possível de mais-trabalho (Marx, 1983, 188-189) ... O motivo que impulsiona e o motivo que determina o processo de produção capitalista é a maior autovalorização possível do capital (Marx, 1983, 263) ... Antes de mais nada o objetivo da produção capitalista não é apossar-se de outros bens, e sim apropriar-se de valor, de dinheiro, de riqueza abstrata (Marx, 1982, 939)”.

Quando os capitalistas avaliam que este objetivo não está sendo atingido plenamente, que suas taxas de lucro estão caindo em relação ao capital investido, o capital procura formas para restabelecer sua rentabilidade, quer investindo em novas tecnologias, reestruturando suas indústrias ou deslocando-as para regiões onde a mão-de-obra é mais barata. Foi exatamente isso que aconteceu a partir do final dos anos 60, quando as taxas de lucro começaram a decrescer nos Estados Unidos, onde concentraremos nossa análise, por ser o País líder do processo de acumulação mundial. Diante de uma conjuntura adversa, o grande capital norte-americano realizou um movimento estratégico baseado em três eixos fundamentais.

- a) Setores expressivos da indústria dos Estados Unidos foram deslocados para os países asiáticos, para o México, para a América Central e América Latina em busca dos chamados *green fields*, locais com mão-de-obra barata, além de uma série de vantagens econômicas, creditícias e institucionais que possibilitassem ao capital operar com grandes vantagens e recuperar suas margens de lucro. A estratégia era, do ponto de vista econômico, compensar uma eventual fragilidade manufatureira dos Estados Unidos, mediante remessas de lucros permanentes e preços de transferência e, do ponto de vista político, maior influência norte-americana em várias regiões do mundo.

- b) Os setores financeiros mais parasitários do capital, que assumiram o poder nos Estados Unidos no final da década de 70, desenvolveram uma política mundial no sentido de reconfigurar o mundo a partir da criação de uma ordem econômica mundial, tendo como centro o monetarismo como forma de organizar a economia e o neoliberalismo como gestor do sistema sócio-econômico.
- c) Na década de 80 em diante o grande capital norte-americano realizou uma espécie de *fuga para frente*, procurando desenvolver uma economia de serviços, baseada na criação da riqueza mediante o extraordinário desenvolvimento do capital fictício. O objetivo era estruturar um sistema financeiro sofisticado e hierarquizado a partir das instituições norte-americanas, capaz de capturar parte da mais-valia mundial mediante inovações financeiras, expansão da dívida pública, endividamento generalizado das famílias e expansão dos gastos do complexo industrial militar.

Ao contrário do que seus idealizadores imaginavam, essa reestruturação estratégica fragilizou de maneira acentuada a economia dos Estados Unidos, resultando em um conjunto de problemas macroeconômicos que viriam a emergir dramaticamente com a crise iniciada em 2008, tais como um déficit crônico na balança comercial, elevação exponencial do endividamento externo, da dívida das famílias e das corporações, além da constituição de um sistema financeiro tão desregulado e especulativo que se transformou na própria base de sua desagregação. Ou seja, a reestruturação neoliberal cobrou um enorme preço à economia norte-americana.

Outro fator importante desse processo foi o fato de que o deslocamento das indústrias norte-americanas ocorreu num ambiente de internacionalização da produção e elevada inserção de ciência na produção, processo que aumentou de maneira acentuada a composição orgânica do capital (relação entre o capital social e a produção de mais-valia). Essas modificações geraram dialeticamente novas contradições; apesar do barateamento da mão-de-obra, a composição orgânica do capital estreitou, numa ponta, a base de extração da mais valia, reduzindo em parte o efeito do deslocamento das indústrias; ao mesmo tempo, esse processo levou também à redução do mercado para a realização das mercadorias. Os dois fatores levariam inevitavelmente, no médio prazo, à crise de superacumulação.

Ressalte-se ainda que a reestruturação, aliada à política neoliberal imposta a partir do final dos 70, impactaram de maneira acentuada no próprio mercado de trabalho dos Estados

Unidos, reduzindo a renda dos trabalhadores. “Entre 1973 e 2005, os 80% dos trabalhadores que não exerciam funções de supervisão viram sua renda semanal cair de U\$ 581,67 para U\$ 543,65. Em outras palavras, o poder de compra desse contingente de trabalhadores era menor em 2005 que em 1973, enquanto os salários eram reduzidos, a produtividade aumentou de maneira extraordinária, atingindo um crescimento de 75% no mesmo período (Wolff, 2008)”.

Como as famílias norte-americanas têm no padrão de consumo um dos elementos mais importantes de afirmação social, a queda na renda teve como consequência um endividamento generalizado, muito acima de suas possibilidades econômicas, processo facilitado nos últimos anos pelas baixas taxas de juro. Para se ter uma idéia do desenvolvimento desse processo basta dizer que a dívida interna geral das famílias (hipotecas, cartões de crédito, compras de produto em geral e leasing) soma U\$ 38,6 trilhões, quase três vezes o PIB norte-americano. Acrescente-se a esse passivo uma dívida externa de U\$ 9,5 trilhões e teremos então um quadro potencialmente explosivo.

Vale ressaltar ainda que os Estados Unidos como economia líder carregou consigo o conjunto do sistema mundial de acumulação capitalista para a mesma armadilha. A desregulamentação financeira e a especulação com finanças estruturadas transformaram o mundo num teatro de operações especulativas sem precedentes na história do capitalismo, resultando num descolamento inédito entre a órbita da produção e a esfera das finanças. Enquanto o PIB mundial em 2008 alcançou cerca de U\$ 54,5 trilhões, o valor escritural (*notional*) das operações financeiras alcançou 650 bilhões (BIS, 2008), cerca de 12 vezes o produto mundial. A grandeza desse número já expressa a insanidade da especulação e a potencialidade explosiva da crise, uma vez que não existe excedente capaz de remunerar essa massa de recursos especulativos.

Uma crise anunciada

A crise que hoje deixa perplexos os dirigentes mundiais e intelectuais orgânicos do capitalismo de certa forma vinha sendo anunciada, muito embora de maneira ainda fragmentada desde 1994, quando México, um País modelo na implementação das políticas neoliberais, entrou em crise. Salvo por um gigantesco empréstimo do Fundo Monetário Internacional (FMI), talvez por estar muito próximo dos Estados Unidos ou muito longe de

Deus como costumam afirmar com sarcasmo os políticos nacionais, o México foi a primeira fissura no arcabouço da política neoliberal, algo de certa forma estranho para as mentes pouco dispostas à reflexão, pois a crise atingia exatamente um País que estava fazendo corretamente o chamado dever de casa e cujos fundamentos eram tão sólidos que uma crise daquelas dimensões era impensável.

Cerca de três depois, em 1977, outra grande crise financeira atingia quase todo o continente asiático, castigando justamente os países que aderiam ao receituário neoliberal, como Tailândia, Coréia, Malásia, Indonésia, Filipinas, entre outros, cujas economias entraram em queda livre e novamente o Fundo Monetário Internacional foi obrigado a intervir com elevado aporte de recursos para contornar a situação. Esses países passaram por longos períodos de recessão, desemprego e queda no nível da renda e na Indonésia a crise foi tão forte que completou seu ciclo inteiro: primeiro se apresentou como uma crise econômica, depois veio a crise social com quebra-quebra, manifestações de massas e finalmente a queda de uma velha e carcomida ditadura.

Logo depois a crise atingia a Rússia, que não poderia ser considerada um modelo de economia capitalista, mas que estava realizando uma transição selvagem para o capitalismo, sob a orientação dos organismos internacionais. A crise colocou a economia em dramática situação, a partir do incumprimento dos pagamentos da dívida externa. Um ano depois foi a vez do Brasil, também um país modelo, que tinha feito com rigor o dever de casa e que agora estava com sua economia em processo de desagregação. Foi necessário mais uma vez a ação do FMI para resgatar a economia brasileira da crise.

Mas é exatamente no ano seguinte que podemos observar na Argentina uma crise com características semelhantes à crise atual, guardadas as devidas proporções entre as economias. Vale lembrar que a Argentina foi o País que aplicou mais profundamente o modelo neoliberal nos dois governos Menen, tão coerente nesta implementação da receita neoliberal que manteve o câmbio fixo ao dólar até a queda da economia. A crise argentina atingiu proporções dramáticas em função de sua profundidade, efeitos sobre o nível de crescimento da economia, do emprego e da renda, além do esgarçamento do tecido social. Pode-se dizer que o País quebrou literalmente. Essa crise pode ser considerada um posto de observação muito elucidativo do que poderá acontecer com a economia mundial.

Se agregarmos os fragmentos de várias crises parciais, poderemos constatar um encadeamento recorrente de crises financeiras cada vez mais graves na periferia do mundo capitalista, todas com origem na implementação das políticas neoliberais. Com todas essas evidências de que algo estava em gestação na economia mundial, o senso comum das autoridades governamentais ou sua autoconfiança no modelo neoliberal não permitiram detectar com antecedência o desastre que vinha se avolumando pelo mundo e que só faltava atingir a economia líder para se espalhar para os outros países centrais e para as outras nações que compõem o processo de acumulação mundial liderado pelos Estados Unidos.

Mesmo antes do colapso de 2008, um último aviso chegou ao coração do sistema, mas as autoridades estavam tão cegas em relação ao futuro que não conseguiram tirar as devidas lições da crise das *empresas ponto com*. Para recordar, vale lembrar que nos anos 90 ocorreu um forte surto de especulação financeira em torno dessas empresas. Falava-se na época em nova economia, comandada pelas empresas de tecnologia da informação, cujas ações obtiveram enorme valorização nas bolsas. “Na primavera de 2000, no ápice da alta do mercado de ações, a despeito do fato de as companhias de telecomunicações terem produzido menos de 3% do PIB, a capitalização de mercado (o valor de suas ações em circulação) alcançou assombrosos US\$ 2,7 trilhões, quase 15% da soma de todas as corporações não financeiras norte-americanas” (Brenner, 2003, 22).

A bolha especulativa que atingiu as empresas de tecnologia desinflou em 2001, mas deixou um rastro de prejuízos para a sociedade, uma recessão e também um alerta para as autoridades governamentais. Mas nada foi levado em conta. O governo estava muito mais interessado em continuar com a chamada economia de serviços e seus ganhos especulativos. Pode-se dizer que a crise das *empresas ponto com* foi, nos Estados Unidos, um *avant premiere* da grande crise atual.

Como a economia tinha entrado em recessão em 2001, o Federal Reserve reduziu de maneira acelerada a taxa de juros (os juros chegaram a ficar 31 meses negativos), visando a retomada da economia. As baixas taxas de juros levaram os norte-americanos a ampliar o endividamento. Ou seja, como a renda das famílias não aumentava, os baixos juros e o crédito em abundância possibilitaram a retomada da demanda, mas ao mesmo criaram uma bomba de efeito retardado, uma vez que, em qualquer economia, o crédito funciona como dinamizador da economia, mas deve ser pago em algum momento do tempo. Se as

condições econômicas não forem desfavoráveis, a inadimplência é o caminho natural dos devedores.

Essa conjuntura abriu espaço para as chamadas finanças estruturadas e todo tipo de inovação financeira, cujo resultado foi uma especulação tão acentuada que levou o sistema ao desastre. As autoridades nada fizeram para deter o processo especulativo. Pelo contrário, com a revogação da *Lei Glass Steagall*, que separava as atividades dos bancos comerciais e de investimentos, os operadores de Wall Street encontraram campo fértil para criar os mais diversos tipos de operações especulativas. Por exemplo, no setor imobiliário, onde a crise ficou mais conhecida, os operadores transformavam o valor das hipotecas em pacotes de títulos que eram vendidos para agentes econômicos do mundo inteiro, que por sua vez com esses títulos podiam obter novos empréstimos para comprar outros títulos e assim por diante surgindo daí uma enorme alavancagem financeira.

O processo especulativo foi incrementado quando as agências de risco, ao avaliar esses papéis, lhes davam nota máxima, um triplice A (*AAA*), que significava a aprovação dos técnicos mais gabaritados aquele tipo negócio. A classificação *AAA* abriu espaço para que os investidores institucionais, que só poderiam comprar títulos com essa classificação, entrassem no mercado colocando mais combustível na especulação, uma vez que esses agentes econômicos possuem uma enorme massa de recursos. O circuito se fechou com a entrada das companhias seguradoras, que passaram a garantir os títulos dos pacotes financeiros estruturados.

O mais inusitado desta conjuntura foi o fato de que as autoridades governamentais, em pleno auge da especulação, denominavam essas operações como dispersão de risco, capitalismo popular, nova forma de criação da riqueza. Estavam tão envolvidos com o êxito aparente dos negócios que não levaram em conta a advertência de Galbraith, ainda no início da década de 90. “Quem está envolvido na especulação vivencia um aumento de sua riqueza. Ninguém deseja acreditar que isso é fortuito ou imerecido. Todos querem crer que é o resultado da superioridade de seus *insights* ou intuições pessoais. O próprio aumento dos valores toma conta dos corações e mentes dos que são por ele beneficiados. A especulação suga, de uma maneira perfeitamente prática, a inteligência daqueles envolvidos” (Galbraith, 1992: 4).

O mecanismo de securitização das dívidas, especialmente as dívidas imobiliárias, cujo mercado é de US\$ 11 trilhões, elevou os preços dos imóveis de maneira acentuada, uma vez a demanda por residência era maior que a oferta imobiliária. Surgia assim o *efeito riqueza*, uma vez que os imóveis se tornavam mais valorizados e os seus proprietários “mais ricos”. Os bancos viam nessa conjuntura um momento a mais para ampliar os seus negócios: chamavam os proprietários de imóveis valorizados e ofereciam créditos correspondentes entre o valor original da hipoteca e o valor de mercado, recursos que voltavam novamente para o circuito especulativo, afinal todos queriam lucrar com a euforia financeira.

No auge da especulação, as instituições financeiras caçavam literalmente as pessoas para aceitar créditos, mesmo aqueles que não tinham a menor condição de honrar os empréstimos. Isso era funcional para os bancos, pois a eles o que interessava mesmo era a posse da hipoteca em carteira, pois esta logo seria transformada em títulos sucuritizados e vendidos para agentes econômicos do mundo inteiro. Os bancos poderiam ganhar duplamente com essas operações *subprimes*. Ao vender os títulos transferiam o risco para outro agente econômico. Caso o devedor *subprime* não pagasse, eles arrestavam o imóvel e o revendia para outro cliente. O processo especulativo parecia uma enorme corrente da felicidade e todos imaginavam que o dinheiro brotava do céu.

O desenrolar da crise

No final de 2006, iniciou-se um processo de reversão das expectativas nos Estados Unidos, em função da conjuntura econômica: a economia já não apresentava mais o mesmo dinamismo do período anterior. Os juros negativos ou muito baixos por longo tempo ampliaram a capacidade de compra da economia e começaram a surgir os primeiros sintomas da inflação. O FED elevou aceleradamente a taxa de juros, que de 1% passou a 5,25%. Assim, a combinação de desaceleração da economia, aumento da taxa de juros e queda na renda das famílias inverteu completamente a conjuntura. A inadimplência começou a surgir nos setores mais frágeis das famílias endividadadas (em 2007 a falta de pagamentos dos cartões de crédito atingiu 30%) e nos devedores de hipotecas *subprimes*, um mercado muito maior, o que acendeu a luz amarela para os setores especulativos. As

instituições mais realistas que compraram pacotes lastreados nesses títulos começaram a perceber a possibilidade de prejuízos.

Começa o processo de reversão da bolha especulativa: instituições, fundos de pensão, corretoras e agentes econômicos em geral começam a desfazer-se dos papéis securitizados mediante a venda no mercado. À medida que aumentava o volume de vendas, os preços caíam na mesma proporção. E quanto mais os preços caíam mais aumentava o movimento de vendas e os preços caíam ainda mais. As autoridades governamentais tentam conter a queda injetando recursos no sistema e prestando declarações otimistas sobre a economia, mas a crise já estava instalada. Já não existe mais mercado para essa modalidade de papéis e instala-se o pânico generalizado no sistema, num clima de salve-se quem puder.

Agora todos sentem a ressaca da especulação financeira, pois quanto mais os preços dos títulos caem mais carregam consigo prejuízo para todos as instituições envolvidas com o processo de especulação, pois o valor monetário dos ativos está abaixo do valor patrimonial. Nos balanços trimestrais as empresas começam a divulgar os prejuízos, o que leva mais pânico aos mercados e muitas empresas são obrigadas a decretar falência. Instaura o contraponto da bolha especulativa: *o efeito pobreza*. Agora todos perderam da noite para o dia o valor potencial de seus títulos, os proprietários vêem o valor dos imóveis depreciados, além da possibilidade de perder suas casas. Instaura-se um clima de expectativas negativas que vai se espalhando pela economia como um rastilho de pólvora.

As grandes instituições financeiras começam a declarar enormes prejuízos e a crise já envolve todo o sistema. O FED injeta recursos no sistema porque avalia que com esta medida estará ampliando a liquidez e dando condições às instituições a evitar uma corrida aos guichês ou aos mouses de seus computadores para resgatar seus recursos. Mas a crise é bem maior que a percepção das autoridades monetárias e sua capacidade de contorná-la. O mais espantoso dessa conjuntura é o fato de que até agora o FED e a secretaria do Tesouro dos Estados Unidos continuarem injetando recursos no sistema como se essa crise fosse de liquidez e não uma crise estrutural do sistema que requer ajustes estruturais.

A crise se tornou pública quando o Bear Stearns quebrou em meio à tormenta e o FED foi obrigado a financiar sua aquisição na bacia das almas pelo J. P. Morgan. Posteriormente teve que emprestar pela primeira vez recursos para o setor não regulamentado (os bancos de investimento) para salvá-los da insolvência, tendo como

contrapartida os títulos tóxicos que ninguém mais queria. Nesse período a conjuntura já era explosiva: o Lehman Brothers, um banco com 158 anos de existência, foi a falência pura e simples. O Merrill Lynch foi comprado pelo Bank of American e o Goldman Sachs e o Morgan Stanley deixaram de ser bancos de investimentos. Em síntese, em duas semanas os cinco principais bancos de investimentos dos Estados Unidos, o vértice da pirâmide do capital financeiro, desapareceram de cena.

A partir dessa conjuntura o curto circuito de falências e quebras já atingia todo o sistema. As duas principais empresas hipotecárias, a Fannie Mae e a Freddie Mac também quebraram e o governo foi obrigado a intervir e estatizar as duas instituições, num movimento que envolveu US\$ 250 bilhões. Para se ter uma idéia da importância da *Fannie* e da *Freddie* basta dizer que estas duas instituições detinham, sozinhas, US\$ 5,4 trilhões em títulos hipotecários. Posteriormente, a maior empresa seguradora do mundo, a AIG, que se envolveu profundamente no seguro de títulos securitizados, também não teve condições de cumprir seus compromissos e o governo foi obrigado a estatizá-la. Nessa conjuntura centenas de instituições menores também foram à bancarrota.

Foi nesse clima de pânico que o governo estruturou o pacote de US\$ 700 bilhões para salvar o sistema, mas esses recursos, como se pôde observar posteriormente, foram insuficientes para resolver o problema. O novo presidente eleito, Barak Obama, aprovou-se um novo pacote de US\$ 1 trilhão, mas esses recursos também não salvarão o sistema, pois não se trata de crise de crédito, de liquidez ou de regulação. Pelo contrário, caso o governo continue aumentando a base monetária, mediante a emissão de moeda, lançando títulos para financiar o socorro aos bancos, poderá ocorrer no médio prazo uma retomada da inflação e novos problemas para a economia norte-americana.

Dos estados Unidos a crise espalhou rapidamente pelas principais praças financeiras do mundo e todos os governos europeus e asiáticos repetiram a mesma fórmula fracassada de injetar liquidez na economia, também sem sucesso. Agora, a maior parte dos países ligados ao processo de acumulação mundial liderado pelos Estados Unidos está em recessão, com elevados índices de desemprego. Chega a ser irônico ouvir os principais líderes dos países centrais advogarem uma rígida regulamentação para o sistema financeiro, outros clamarem por um novo Bretton Woods ou ainda, como o presidente francês, Nicolas Sarkozy, defenderem a necessidade de uma refundação do capitalismo. Certamente, essa

lembrança oportunista do keynesianismo ou mesmo a implementação de medidas dessa matriz teórica não vai resolver os problema, pois os tempos são outros. Aliás, a crise é muito maior que a capacidade de regulação das autoridades governamentais e o sistema ainda vai passar por um período de enormes dificuldades nos próximos anos.

O significado da crise

Essa é uma crise de dimensões inéditas na história do capitalismo, muito diferente da grande crise de 1873, a primeira grande crise sistêmica do capitalismo, ou da Grande Depressão oriunda da crise de 1929, não apenas porque cada crise desse sistema traz um conteúdo novo, como advertia Campos (Campos, 2001), mas porque as crises sistêmicas do capital costumam reproduzir em bases ampliadas todas as contradições que se acumularem no processo anterior. Por isso, são mais explosivas e devastadoras. Além disso, esta é a primeira grande crise completa do capitalismo, porque atinge o sistema como um todo – a esfera da produção, da circulação, do crédito, das dívidas públicas e privadas, do sistema social, do meio ambiente, dos valores neoliberais, da cultura individualista e, sobretudo, de um tipo de Estado como articulador do processo de acumulação baseado nas altas finanças desreguladas.

Trata-se ainda de uma crise com elevado grau de originalidade, uma vez que ocorre num período em que o capitalismo se transformou num sistema completo e maduro. Antes da internacionalização da produção e da internacionalização das finanças, o capitalismo só era completo no que se refere a duas variáveis da órbita da circulação – o comércio mundial e a exportação de capitais. Esse processo, mais conhecido como globalização, amadureceu a reprodução do capital em escala internacional, unificou o ciclo mundial do capital e abriu a possibilidade de crises mundiais sistêmicas e simétricas a partir do coração do sistema, o que impossibilita no curto prazo as possibilidades de fuga para outras regiões como no passado. Além disso, é uma crise com uma quantidade e uma qualidade diferente das crises anteriores: o enorme descolamento entre a esfera produtiva e a órbita das finanças traz um conteúdo explosivo nunca visto nos processos anteriores, afinal quanto maior esse descolamento maior a dimensão da crise.

A orgia especulativa do período neoliberal, oriunda da desregulamentação financeira, da livre mobilidade dos capitais e da criação de instrumentos securitizados e

derivativos geram um processo de especulação no qual a riqueza circulante na órbita das finanças é cerca de 12 vezes maior que o produto mundial. Um descolamento dessa magnitude é um fato inédito na história do capitalismo e não poderia ter um resultado diferente da crise atual, até mesmo porque não há excedente para remunerar essa imensa massa de recursos em constante progressão.

Por isso, essa crise não pode ser analisada a partir de variáveis específicas, tais como a crise imobiliária, a crise de liquidez ou de falta de regulação. Esta é não só a maior crise sistêmica da história do capitalismo, como representa, na macroestrutura, uma superacumulação de capitais e a impossibilidade de sua valorização na órbita produtiva, e na micro-estrutura, revela as desproporções entre os vários ramos econômicos, além da impossibilidade de reprodução do sistema de acordo com suas potencialidades, em função da redução da demanda agregada. “As verdadeiras crises capitalistas, qualquer que seja sua causa inicial, são colapso da totalidade, do conjunto da estrutura da produção, do consumo e da circulação” (Campos, 2001). Portanto, essa é uma crise geral do sistema, muito diferente das crises cíclicas ou das crises sistêmicas do século XIX e XX e, exatamente por sua qualidade, as tentativas de coordenação ou medidas tópicas de política econômica estão condenadas ao fracasso.

É de fundamental importância compreendermos que nos últimos 64 anos os Estados Unidos foram o vértice do sistema mundial de acumulação, o que lhes possibilitou atrair a maior parte das economias ocidentais para sua área de influência, tanto no período de vigência de Bretton Woods quanto no período iniciado por Reagan, mais conhecido como neoliberalismo. Como o epicentro da crise se encontra justamente no coração da economia norte-americana, esse processo arrasta consigo todos os países ligados à economia líder. E a profundidade da crise em cada nação dependerá do grau de proximidade ou subordinação dessas economias à economia dos Estados Unidos. As possibilidades de saída da crise, dentro do modelo estruturado nos últimos 30 anos, no curto prazo, são marginais, a não ser que ocorra no bojo dessa conjuntura uma ruptura de determinado País em relação ao sistema de poder norte-americano.

A crise também ocorre num momento em que os Estados Unidos estão fragilizados econômica e politicamente, muito embora ainda possuam um poderio militar maior que os outros países. No entanto, a hegemonia não pode ser exercida por muito tempo apenas com

a força militar. Por isso, os EUA são hoje o que se poderia denominar de um gigante ferido: trata-se do maior devedor do mundo, quando na década de 60 era um país credor; de um país com um déficit comercial crônico, oriundo da deslocalização de parte de suas manufaturas para outras regiões; de um país com um déficit fiscal cada vez mais elevado e um endividamento exponencial das famílias. Além disso, os anos de governo Bush, com sua política arrogante e agressiva, erodiram a imagem política dos EUA no mundo.

As perspectivas da crise

As crises sistêmicas representam momentos históricos pródigos de acontecimentos inesperados, tanto para o grande capital quanto para os trabalhadores. A crise representa um confronto aberto entre as duas classes fundamentais da sociedade, a burguesia e o proletariado. Cada classe vai procurar sair da crise de acordo com seus interesses e com seu projeto político de sociedade, ressaltando-se que não existe empate na luta de classe, nem existe crise sem solução. Quanto mais a crise se aprofunda, mas há a possibilidade de um acirramento da luta social.. Por isso, é irrelevante tentar prever se esta é ou não a crise final do capitalismo. O que vai determinar o curso da crise e as possibilidades de mudanças no cenário internacional é a entrada em cena dos trabalhadores como sujeitos políticos, colocando em disputa com o capital seu projeto de sociedade.

Não se poder descartar nenhum desfecho da conjuntura de crise neste momento da história. O capital pode desencadear uma violenta ofensiva para recuperar as taxas de lucro e o controle do sistema. Para tanto, conta com a presença do Estado (que até então aparentemente desprezava) para lhe dar sustentação. O exemplo do nazismo e do fascismo estão bem vivos para nos advertir do que o capital é capaz para manter o seu domínio. Mas também as crises são educativas: os trabalhadores aprendem mais em meses de crise do que em anos de calmaria. Portanto, não está descartada a possibilidade de um ascenso de luta do proletariado em nível mundial, especialmente nos países centrais, onde há uma classe operária numerosa e mais avançada do ponto de vista das forças produtivas.

Aliás, é necessário compreendermos que, historicamente, todas as grandes crises sistêmicas resultaram em mudanças profundas na economia e na sociedade. A crise de 1873-1896 correspondeu ao fim do capitalismo concorrencial e a constituição do capitalismo monopolista e do imperialismo, que Lênin denominou a fase superior do

capitalismo. A crise de 1930 foi a parteira do nazismo, do fascismo, da Segunda Guerra Mundial, da construção do socialismo em um terço da humanidade e da implantação do *Welfare State* nos países centrais. Mesmo a crise de 1974-75, que não teve a grandiosidade que as duas crises sistêmicas anteriores, mas que foi uma grande crise do capital, trouxe em seu bojo a derrota do Estado do Bem Estar Social e a constituição do monetarismo como forma de organizar a economia e do neoliberalismo como maneira de gerir a política.

Ora, se esta crise é maior que as crises anteriores no mínimo terá consequências econômicas e sociais proporcionais ao seu tamanho. Se até agora ainda não se pôde vislumbrar de maneira mais clara o desenrolar da conjuntura é porque a crise, após sua detonação, está ainda em período de decantação e seus efeitos mais dramáticos não chegaram à superfície da economia e da sociedade. Mas em algum momento não muito distante vão chegar, pela própria natureza da crise. Como estamos no olho do furacão, com informações frangmentadas, é difícil ter uma compreensão global do problema, mas se avaliarmos o que já ocorreu no passado poderemos ter uma idéia do que ainda poderá acontecer no futuro. Em menos de dois meses, entre setembro e outubro de 2008, os cinco principais bancos de investimentos dos Estados Unidos desaparecerem do mapa, as duas principais instituições imobiliárias do planeta foram estatizadas, junto com a maior companhia de seguros do mundo porque estavam quebrados. Isso sem falar na dramática situação do City Bank e das empresas automobilísticas norte-americanas.

Em nossa opinião essa crise trará mudanças de fundo na economia e na sociedade. Estamos assistindo ao fim de um longo ciclo da economia capitalista e ao término de uma forma particular de acumulação onde o grande capital privilegiou o setor financeiro e buscou construir uma hegemonia mundial a partir dos Estados Unidos. Este ciclo na verdade representou uma tentativa desesperada do grande capital realizar o processo de acumulação fugindo da lei do valor. E agora está pagando um altíssimo preço por essa aventura. Ao fim desta crise, teremos uma nova situação internacional, quer do ponto de vista de um novo ciclo comandado pelo capital, com outras formas particulares de acumulação, como pode também ocorrer profundas transformações sociais e políticas dirigidas pelos trabalhadores. O desfecho da crise depende da capacidade das duas classes fundamentais colocarem projetos de sociedade que ganhe a maioria da população e que apresente perspectivas de um mundo diferente do mundo que estamos vivendo.

Bibliografia

CAMPOS, Lauro. A Crise Completa – A Economia Política do Não. São Paulo: Boitempo, 2001.

BIS (Bank for International Settlement). OTC derivatives market activity in the first half of 2008.

Switzerland: novembro, 2008.

BRENNER, Robert. O Boon e a Bolha – O Estados Unidos na economia mundial. Rio de Janeiro: Record, 2003

GALBRAITH, John Kennet. Uma Breve História da Euforia Financeira. São Paulo: Pioneira, 1992.

MARX, Karl, O Capital, Vol. I, Tomo I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. O Capital. Vol. III, Tomo I. São Paulo: 1984.

MARX, Karl. Teorias da Mais-Valia, Vol. III. Rio de Janeiro: Difel, 1983.

WOLFF, Rick. A Economia Subprime dos EUA. http://resistir.info/eua/economia_subprime.html .

Acesso em 30 de outubro de 2008.

* **Edmilson Costa**, é doutor em Economia pela Unicamp, com pós-doutorado no Instituto de filosofia e Ciências Humanas da mesma instituição. É autor de Imperialismo (Global Editora, 1986) A Política Salarial no Brasil (Boitempo, 1987) Um Projeto Para o Brasil (Tecno-Científica, 1998) e A Globalização e o Capitalismo Contemporâneo (Expressão Popular, 2008). É diretor de pesquisa do Instituto Caio Prado Jr. e professor de Macroeconomia da Universidade São Judas Tadeu.